

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

CORPOS DISSIDENTES E EDUCAÇÃO: SUBJETIVIDADES EM DISPUTAS NO ESPAÇO ESCOLAR

Luiz dos Santos Mattos Júnior¹

RESUMO

Este trabalho analisa como os corpos dissidentes — especialmente aqueles que escapam à norma cisheteronormativa — são produzidos, regulados e, muitas vezes, silenciados no espaço escolar. Fundamentado na análise do discurso foucaultiana, parte-se do entendimento de que a escola não apenas transmite saberes, mas atua como dispositivo de poder que molda subjetividades e regula a vida dos sujeitos. Os discursos pedagógicos e institucionais operam na normalização de certas identidades e na exclusão de outras, criando um ambiente hostil a estudantes LGBTQIA+. Como afirma Foucault (2008), os discursos delimitam o campo do dizível e do pensável, organizando o que pode ser reconhecido como legítimo. Autores como Louro (1997), Butler (2003) e Preciado (2014) contribuem para a compreensão das formas como os corpos são disciplinados e performados no cotidiano escolar. Apesar das tentativas de silenciamento, os corpos dissidentes também produzem resistências e abrem brechas nos discursos normativos. A educação, nesse contexto, pode e deve afirmar-se como espaço de disputa, acolhimento e reconhecimento da diversidade, tensionando os regimes de verdade que sustentam exclusões históricas.

Palavras-chave: Corpos dissidentes; Educação; Subjetividades; Gênero; Análise do discurso.

1 INTRODUÇÃO

O estudo evidencia que a escola não é apenas um espaço de transmissão de saberes, mas um campo de forças no qual discursos e práticas produzem verdades, subjetividades e exclusões. A partir da análise do discurso de base foucaultiana, compreende-se que os corpos dissidentes, aqueles que desafiam as normas cisheteronormativas, binárias e capacitistas, são constituídos como anomalias, como excessos que perturbam a ordem normativa e, por isso, precisam ser silenciados, corrigidos ou tolerados sob controle. Nesse cenário, o currículo e a ação pedagógica não são neutros: operam como tecnologias de poder que delimitam o que pode ser dito, visto e vivido, moldando as condições de inteligibilidade das existências (Foucault, 2008).

Entretanto, esse mesmo espaço também carrega a possibilidade de resistência. As práticas docentes críticas, a escuta sensível e a valorização das experiências que escapam ao

¹Cientista Social e especialista em Coordenação Pedagógica, Gestão Escolar e Ensino de História pela FAFICA. Mestre e Doutorando em Educação Contemporânea pelo PPGDUC da UFPE – CAA. E-mail: mattos.junior@ufpe.br



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

padrão hegemônico constituem brechas discursivas que desestabilizam os regimes de verdade e abrem caminho para outras formas de vida. Como nos lembra Foucault (1979), somos efeitos do poder, mas também suas linhas de fuga. Assim, a escola pode e deve ser tensionada como lugar de dissenso, invenção e liberdade.

Assumir a educação como prática política implica desconstruir os discursos que marginalizam, patologizam e normatizam os corpos dissidentes. Isso exige não apenas incluir debates sobre gênero e sexualidade, mas reconfigurar radicalmente as estruturas que sustentam a cisheteronormatividade como modelo universal. A escola que escuta, reconhece e afirma a pluralidade das subjetividades pode tornar-se território ético-político de insurgência e justiça.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa possui caráter teórico-analítico e fundamenta-se na análise do discurso inspirada nos estudos de Michel Foucault, compreendendo o discurso como prática que produz realidades, lugares de sujeito e efeitos de verdade. Em termos metodológicos, parte-se da articulação poder-saber para examinar enunciados e dispositivos (regimentos escolares, políticas de “convivência”, protocolos médico-psicológicos, diretrizes curriculares, discursos religiosos e práticas cotidianas de sala de aula) que delimitam o campo do dizível e do pensável, bem como as condições de possibilidade para determinados modos de existir (Foucault, 2008; 1979). Operacionalmente, o percurso analítico considera: (1) as regras de formação dos enunciados (quem pode falar, a partir de onde e com que autoridade); (2) os regimes de verdade que conferem inteligibilidade aos corpos; (3) as tecnologias disciplinares e biopolíticas (exame, vigilância, julgamento normalizador) que fabricam condutas; e (4) as linhas de resistência que fissuram a norma.

No contexto escolar, discursos pedagógicos, biomédicos e religiosos confluem para instituir “regimes de verdade” que classificam corpos e identidades como legítimos, desviantes ou patológicos, atualizando práticas de normalização e correção. Corpos dissidentes, trans, não binários, intersexuais e demais experiências não conformes à norma de gênero, tendem a ser tratados como “problemas” a serem corrigidos, tolerados sob condições ou invisibilizados. Como argumenta Louro (1997), a escola torna-se um dispositivo privilegiado de disciplinamento e normatização, atravessado por reiteradas pedagogias da cisheteronorma.



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

Dialogando com Butler (2003), compreende-se o gênero como performatividade regulada por matrizes normativas que produzem inteligibilidade e abjeção; logo, a “coerência” entre sexo-gênero-sexualidade é efeito de repetição normativa, não dado natural. Preciado (2014) radicaliza a crítica ao evidenciar dispositivos tecnopolíticos que compõem um regime farmacopornográfico: corpos vigiados, medicalizados e governados em sua sexualidade, gênero e produtividade, dinâmica cuja expressão escolar aparece em exigências documentais (nome “social” versus “civil”), protocolos de banheiros e vestiários, laudos e encaminhamentos clínicos, plataformas digitais de gestão e políticas disciplinares.

Ao analisar essas tramas, a pesquisa também busca as brechas: narrativas dissonantes, práticas docentes afirmativas, usos subversivos de normas e microinsurreições cotidianas. Seguindo o princípio foucaultiano de que onde há poder há resistência, interessa-nos cartografar tanto os efeitos normalizadores quanto as possibilidades de desvio e reconfiguração subjetiva produzidas nas relações escolares. Essa abordagem permite evidenciar como dispositivos curriculares e institucionais, ao mesmo tempo que regulam, podem ser reapropriados para sustentar existências dissidentes e ampliar condições de vivibilidade no/do espaço escolar

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de uma leitura foucaultiana, compreende-se que os corpos dissidentes, aqueles que não se conformam às normas cisheteronormativas e binárias de gênero e sexualidade, tornam-se alvo de discursos reguladores na escola, sendo construídos como desviantes, inadequados ou mesmo ameaçadores à ordem estabelecida. Esses corpos são interpelados por uma multiplicidade de dispositivos de poder que operam tanto de forma explícita quanto sutil: normas disciplinares, regimentos escolares, silêncios curriculares, piadas naturalizadas, olhares inquisidores, linguagens patologizantes e a suposta neutralidade dos valores pedagógicos. Como destaca Foucault (2008), os discursos não apenas descrevem, mas produzem realidades, delimitando o campo do dizível e do pensável, e instituindo o que pode ou não existir como verdade.

A escola, nesse sentido, atua como um espaço de pedagogia da norma (Louro, 1997), onde o currículo e as práticas docentes reiteram padrões hegemônicos de subjetivação, operando como tecnologias de controle que visam à docilização e adequação dos corpos ao



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

ideal normativo. No entanto, como lembra Foucault (1996), “onde há poder, há resistência”. Os mesmos espaços que tentam normalizar também produzem fissuras, contranarrativas e insubmissões. A análise do discurso permite visibilizar essas brechas, mostrando que as práticas de regulação nunca são totalizantes: há sempre vozes que escapam, subjetividades que se desviam e modos de vida que desafiam os enquadramentos dominantes.

Nesse processo, experiências pedagógicas que acolhem a diferença e tensionam os currículos se configuram como gestos de resistência. Tais práticas podem operar como contra-condutas, abrindo caminho para a emergência de novas formas de existência (Foucault, 1982), menos sujeitas à vigilância e mais abertas à pluralidade. Como argumenta Butler (2003), as identidades de gênero são performativamente produzidas e reiteradas sob coerção normativa, mas nunca completamente fixadas, o que torna possível a sua subversão. Do mesmo modo, Preciado (2014) alerta para o regime tecnopolítico contemporâneo que medicaliza e vigia os corpos — especialmente os trans, intersexuais e não binários — reforçando a urgência de disputarmos outros modos de vida possíveis.

A disputa pelas subjetividades no campo escolar, portanto, não é apenas simbólica ou discursiva, mas atravessa a materialidade da vida de estudantes LGBTQIA+, que sofrem apagamento identitário, exclusão, violências institucionais, evasão escolar e negação de direitos básicos. Diante disso, torna-se fundamental repensar os currículos, reconfigurar as práticas pedagógicas e implementar políticas institucionais afirmativas que reconheçam a diferença como valor ético-político. Isso implica não apenas aceitar a diversidade, mas deslocar a lógica da tolerância para a da justiça cognitiva e epistêmica, conforme propõem autores/as como Catherine Walsh (2009) e Paulo Freire (1996), no compromisso com uma educação emancipadora, plural e insurgente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que a escola não é apenas um espaço de transmissão de saberes, mas um campo de forças no qual discursos e práticas produzem verdades, subjetividades e exclusões. A partir da análise do discurso de base foucaultiana, compreende-se que os corpos dissidentes — aqueles que desafiam as normas cisheteronormativas, binárias e capacitistas — são constituídos como anomalias, como excessos que perturbam a ordem normativa e, por isso,



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

precisam ser silenciados, corrigidos ou tolerados sob controle. Nesse cenário, o currículo e a ação pedagógica não são neutros: operam como tecnologias de poder que delimitam o que pode ser dito, visto e vivido, moldando as condições de inteligibilidade das existências (Foucault, 2008).

Entretanto, esse mesmo espaço também carrega a possibilidade de resistência. As práticas docentes críticas, a escuta sensível e a valorização das experiências que escapam ao padrão hegemônico constituem brechas discursivas que desestabilizam os regimes de verdade e abrem caminho para outras formas de vida. Como nos lembra Foucault (1979), “somos efeitos do poder, mas também suas linhas de fuga”. Assim, a escola pode e deve ser tensionada como lugar de dissenso, invenção e liberdade.

Assumir a educação como prática política implica desconstruir os discursos que marginalizam, patologizam e normatizam os corpos dissidentes. Isso exige não apenas incluir debates sobre gênero e sexualidade, mas reconfigurar radicalmente as estruturas que sustentam a cisheteronormatividade como modelo universal. A escola que escuta, reconhece e afirma a pluralidade das subjetividades pode tornar-se território ético-político de insurgência e justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

